

Confronto

Sarney concorda com soberania da Constituinte, diz Ulysses

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

Ao sair de um encontro de uma hora com o presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães disse ontem em Brasília que a soberania do Congresso constituinte "deve ser obedecida, e este é o entendimento também do presidente da República". Ulysses, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, disse que não conversou com Sarney sobre a possibilidade deste recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o mandato de seis anos, nem perguntou sobre o assunto. "Não me cabia fazer perguntas. Eu só afirmei a necessidade de elaborar a Constituição e a soberania da Constituinte", disse ele.

Mais tarde, durante um churrasco na casa do ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, Ulysses afirmou que tem hoje a garantia dos governadores de que respeitarão "a soberania da Constituinte", segundo o deputado Walmor de Lucca (PMDB-SC), que estava presente.

Ulysses chegou às 10h15 no Palácio da Alvorada, de terno claro, acompanhado do assessor Osvaldo Manicardi. Ao sair, às 11h15, o Landau preto da presidência da Câmara acelerou diante dos jornalistas que estavam em frente ao portão, e foi parar somente no início da estrada que liga o Palácio à região central de Brasília. O carro recuou um pouco e Ulysses deu uma rápida entrevista, com fisionomia séria.

"Não falamos sobre o mandato", disse Ulysses, esquivando-se das perguntas sobre o tema. "Parece que há uma obsessão de só falar nisso, perguntar sobre isso, quando

a Constituinte tem duzentos e tantos artigos", reclamou, dizendo que conversou com Sarney "sobre o propósito de acelerar os trabalhos" de redação da nova Carta. "Vou reunir as lideranças e as forças representativas da Constituinte, amanhã (hoje) às 14h em meu gabinete", afirmou, acrescentando que serão examinadas fórmulas para ganhar rapidez, como a fusão de emendas e a votação global de blocos de texto envolvendo vários artigos.

"Não se quer criar um ambiente conturbado, difícil, exasperado ou tenso", disse Ulysses, ao responder afirmativamente se achava que o encontro com Sarney diminuía o "clima de animosidade" existente entre o governo e o Congresso constituinte.

Deixando o Palácio, o carro de Ulysses tomou, surpreendentemente, o rumo do serviço médico da Câmara. Um segurança desceu, entrou no prédio e voltou dali a instantes. Uma funcionária afirmou, mais tarde, que o agente procurava pela deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AP), que ali foi atendida sexta-feira com um mal-estar. Em seguida, às 11h30, Ulysses foi à casa do ministro Luiz Henrique, que o esperava para um churrasco de ovelha compartilhado pelos deputados Walmor de Lucca, Renato Viana (PMDB-SC) e Fernando Gasparian (PMDB-SF).

Trocando o "poire" pela vodka, e demonstrando preocupação com o quadro político, Ulysses conversou com o ministro-chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes.

As 15h Ulysses já estava em casa, de onde saiu às 16h30 para o

Deputado e Arraes vão discutir candidaturas

Da Sucursal de Recife

O deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente do PMDB e do Congresso constituinte, estará esta semana em Recife (PE), em data ainda não confirmada, para se encontrar com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB).

Segundo o vice-governador Carlos Wilson Campos, que esteve semana passada com Ulysses em Brasília, o deputado discutirá com o governador a sucessão presidencial pelo PMDB e tratará também da aceleração dos trabalhos do Congresso constituinte.

Os nomes de Ulysses e Arraes têm sido lembrados para possíveis candidatos do partido à sucessão do presidente José Sarney. "Mas em nenhum momento de nosso encontro, o dr. Ulysses colocou sua condição de candidato", disse Carlos Wilson.

Sobre a hipótese da candidatura de Miguel Arraes, o vice-governador disse que ela está sendo defendida em Brasília por setores da "esquerda independente" do PMDB, que querem discutir esta possibilidade.

apartamento do líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), para uma reunião da qual participaram também o senador José Richa (PMDB-PR) e os deputados peemedebistas Pimenta da Veiga (MG), Nelson Jobim (RS) e Antonio Brito (RS). Saiu às 19h30, voltando para casa.



O deputado Ulysses Guimarães é entrevistado à saída do encontro com o presidente José Sarney no Palácio da Alvorada

Constituintes discutem hoje a aceleração dos trabalhos

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), reúne hoje, a partir das 14h, os líderes partidários e representantes dos blocos parlamentares. O objetivo é estudar formas para apressar os trabalhos constituintes.

Ontem à noite, ao sair de um encontro com Ulysses e o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte, o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) confirmou a data de 21 de abril como meta para a promulgação da nova Carta. Segundo Pimenta, entre as possibilidades a serem analisadas estão as votações em bloco, por meio de acordos de liderança, as fusões e as retiradas de emendas.

Nesta semana, os constituintes deverão completar a votação do

capítulo dos Direitos Sociais. Os dois pontos de maior polêmica serão o direito de greve e a organização sindical. No primeiro caso, o texto aprovado pela Comissão de Sistematização garante a plena liberdade de greve, enquanto o Centrão pretende manter restrições às paralisações dos "serviços essenciais".

Na questão sindical, a maioria deverá optar pela unicidade, ou seja, a formação de um sindicato para cada categoria profissional numa mesma base territorial. O PT prefere a pluralidade, com número ilimitado de organizações por categoria.

Para completar o Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), o plenário deverá votar ainda os capítulos Da Nacionalidade, Dos Direitos Políticos (onde o voto aos 16 anos será a polêmica) e a organização dos partidos políticos.

Maciel nega reaproximação política com o presidente

Da Sucursal de Recife

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, afirmou ontem em Recife (PE), onde esteve acompanhando as realizações de convenções estaduais e municipais do partido, que seu encontro semana passada com o presidente José Sarney não deve ser entendido como "qualquer tipo de reaproximação".

Segundo o senador, o que aconteceu foi "apenas uma reunião de políticos" e não há "qualquer modificação quanto às suas posições". Maciel contou que em sua conversa com Sarney disse que a tendência é cada vez maior pelos quatro anos de mandato e que "a pressão popular vem fazendo com que muitos consti-

tuintes reavaliem suas posições anteriores em defesa dos cinco anos".

No sábado, em Recife, Maciel se recusou a assinar um documento elaborado pela Ordem dos Advogados do Brasil—seção Pernambuco dando apoio às eleições para presidente da República este ano. Dizendo-se favorável aos quatro anos, Maciel afirmou que não poderia assinar o documento "sem antes consultar as bases de meu partido". Disse se sentir "impedido de assinar sendo o presidente nacional do PFL", não conseguindo "separar a minha pessoa física da minha pessoa jurídica".

O PFL realizou ontem convenções municipais em cem dos 140 municípios onde já se encontram instaladas comissões provisórias do partido.

Moreira e Pires reafirmam respaldo dos governadores

Da Sucursal do Rio

Os governadores do Rio, Moreira Franco, e da Bahia, Waldir Pires (PMDB), defenderam sábado à noite no Rio a soberania do Congresso constituinte e criticaram a possibilidade de o presidente José Sarney recorrer ao Supremo Tribunal Federal para constestar a redução de seu mandato para quatro anos. Moreira e Pires —da mesma forma que Orestes Quêrcia, de São Paulo—afirmaram que os governadores estão "emprenhados" na defesa da soberania do Congresso constituinte.

Para Waldir Pires, que esteve se reuniu com Moreira Franco, no Palácio Laranjeiras (zona sul), a hipótese de se recorrer ao STF "é impensável, porque não há competência superior à da Assembleia Nacional Constituinte". Moreira afirmou que a soberania do Congresso constituinte é "um compromisso político e uma determinação

de Tancredo Neves" e que "agora mais do que nunca", os governadores do PMDB estão empenhados para que "se respeite os trabalhos da Constituinte".

O governador da Bahia disse ter encarado as declarações do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, de que o direito do presidente Sarney a um mandato de seis anos é "líquido e certo" como "uma posição de solidariedade de um ministro de Estado". Waldir afirmou não crer que as declarações "abram um caminho para se recorrer ao STF" já que "a Constituição outorgada não é fonte de legitimação de nenhum mandato".

Moreira disse também não acreditar que o presidente Sarney recorra ao STF. "Temos que partir do pressuposto do respeito à soberania da Constituinte", afirmou, sendo completado pelo governador baiano: "A interferência do Executivo na Constituinte não é correta".

Sistemas de governo dividem a população

Da Redação

O sistema de governo é o próximo tema que deverá polarizar as discussões entre os parlamentares no Congresso constituinte, depois de votada a questão da estabilidade de emprego. A população brasileira está dividida entre o parlamentarismo (40%) e o presidencialismo (39%). A grande maioria (71%) não sabe a diferença entre estes dois sistemas de governo. Esses dados foram obtidos pelo DataFolha em pesquisa realizada nas dez principais capitais do país —São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e Brasília— nos dias 22 e 23 de janeiro, junto a 5.221 pessoas.

Perguntados inicialmente sobre a diferença entre os dois sistemas de governo, 15% dos entrevistados responderam corretamente, enquanto 14% responderam apenas em parte corretamente. Dos 71% que não souberam dizer a diferença entre parlamentarismo e presidencialismo, 67% não tentaram responder e 4% responderam de forma incorreta.

Informação versus preferência

Com os dados obtidos é possível fazer uma relação entre o grau de informação e a preferência. Os brasileiros que sabem a diferença entre presidencialismo e parlamentarismo são majoritariamente presidencialistas (53%). Nesse segmen-

to, apenas 38% se inclinam pelo parlamentarismo.

Entre aqueles que têm um conhecimento aproximado do funcionamento dos dois sistemas, as preferências se dividem: 44% pelo presidencialismo e 43% pelo parlamentarismo. Já entre aqueles que acham que sabem mas deram respostas incorretas, o presidencialismo tem 45% das preferências e o parlamentarismo, 42%.

No grupo mais numeroso, dos 71% que não arriscam um palpite sobre as diferenças entre os sistemas, 39% preferem o parlamentarismo e 35% o presidencialismo.

Evolução

Em relação à pesquisa anterior, realizada em novembro passado nas mesmas capitais (exceto Recife), não houve uma mudança significativa no comportamento da população. O empate entre presidencialismo (43%) e parlamentarismo (42%) já existia, só que com uma pequena vantagem para o sistema de governo presidencialista. Verificou-se também uma taxa idêntica de desinformação (71%) e a taxa dos que responderam corretamente (14% em novembro, 15% em janeiro) ou parcialmente correta (15% em novembro, 14% em janeiro) também não se alterou.

Capitais

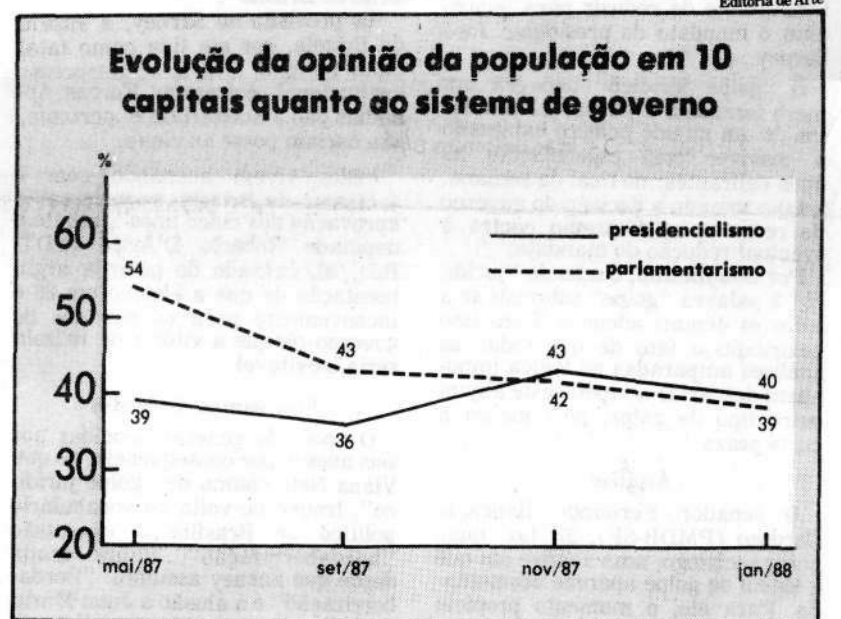
A capital mais parlamentarista do país é Porto Alegre, com 54%, contra 36% que preferem o sistema presidencialista. O Rio apresenta a

não cogita de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o mandato de seis anos (como prevê a atual Constituição) e evitar que seja reduzido para quatro. "O presidente não luta por um mandato de cinco anos, luta pela legalidade constitucional do Brasil", disse Ramos. "Por enquanto, estamos sem cogitação de recorrer a outro âmbito que não seja a própria Constituinte", afirmou.

Na opinião do jurista, "ilegalidades tremendas estão sendo cometidas pelos constituintes, entre elas a criação do controle externo do Judiciário, que contraria o próprio espírito da República, de respeito à autonomia e independência dos poderes". Saulo Ramos acha que "dentro de uns cinco anos será necessário reformar a nova Constituição, por causa de distorções como essa".

Presidente acha mandato intocável, diz Saulo

Da Reportagem Local



maior taxa de apoio ao presidencialismo: 50% contra 31%.

Além de Porto Alegre, as capitais que mais se inclinam pelo parlamentarismo são: São Paulo (com 44% contra 35% pelo presidencialismo), Curitiba (49% contra 35%), Salvador (47% contra 36%) e Brasília (40% contra 34%). Pelo presidencialismo, além do Rio, aparecem Belém (com 39% contra 27% pelo parlamentarismo) e Recife (40% contra 36%).

Em Belo Horizonte e Fortaleza a diferença é mínima. Na capital

mineira, 38% apóiam o presidencialismo e 36% o parlamentarismo. Em Fortaleza, 35% são pelo presidencialismo e 32% pelo parlamentarismo.

A pesquisa foi uma realização do DataFolha, sob direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes. A coordenação dos trabalhos de campo ficou a cargo de Arthur Kieling Neto (São Paulo), Cláudio Azevedo Andrade (Rio de Janeiro), Iva de Azevedo Nobre Bernal (Salvador), Maurício Gugelmin (Curitiba), Ana Rita Castro Trajano (Belo Horizonte), Beatriz Rodrigues Alves (Porto Alegre), Laura de Renor (Recife), Francilaine Munhoz de Moraes (Brasília), Paulo Sérgio Souto Neto (Fortaleza) e Antonio Fernando Botelho da Cunha (Belém). A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação.